

RELATÓRIO DE MAPEAMENTO

➤ Rumo ao Quadro
Continental Africano de
Qualificações (ACQF)

➤ **INSTANTÂNEO** ➤



Visão geral: Contexto político do ACQF na UA

O Objetivo Estratégico 4 de CESA visa “assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessários, bem como melhorar as taxas de conclusão a todos os níveis e grupos através de processos de harmonização em todos os níveis de integração nacional e regional”.

Os objetivos a seguir referem-se explicitamente ao estabelecimento de quadros de qualificações, nomeadamente um quadro continental de qualificações ligado aos quadros de qualificações nacionais e regionais:

- Criação de quadros nacionais de qualificações (NQF) e quadros regionais de qualificações (RQF) para facilitar a criação de múltiplas vias para a aquisição de competências, bem como a mobilidade em todo o subsector; e
- Desenvolver o quadro de qualificações continentais ligado às qualificações regionais e aos NQFs para facilitar a integração regional e a mobilidade dos estudantes / detentores de qualificações.

Visão para o ACQF



➤ Desenvolvimento do ACQF: Um projeto AU-UE

No contexto da agenda de cooperação UA-União Europeia (UE), esta comprometeu-se a apoiar o desenvolvimento do ACQF, tal como definido na Ação 4 da Aliança África-Europa para o Investimento Sustentável e Emprego (aprovada em 12/09/2018).

A Comissão da União Africana (AUC) está em parceria com a UE, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e a European Training Foundation (ETF) no desenvolvimento do ACQF no período 2019-2022. As atividades de desenvolvimento do ACQF fazem parte do Programa AU-EU de Competências para a Empregabilidade dos Jovens, que contribui para a Iniciativa de Competências para

África – um programa iniciado pela AU em cooperação com o governo alemão. Principal objetivo do projeto: Documento político e técnico do ACQF acompanhado plano de ação validado tecnicamente para tomada de decisão pela UA.

O processo de desenvolvimento do ACQF é holístico e baseia-se em:



Evidência e análise

Análise atualizada e abrangente da situação, dinâmica e questões dos quadros de qualificações (nacionais e regionais) em África.



Liderança política da AUC e consulta das partes interessadas africanas (nacionais, regionais e continentais)

O sucesso e sustentabilidade da ACQF como instrumento político depende da apropriação e da liderança da AUC bem como do apoio das partes interessadas africanas. Por conseguinte, um Grupo Consultivo ACQF composto por 38 representantes (a nível nacional e regional) presta aconselhamento e revê os resultados.

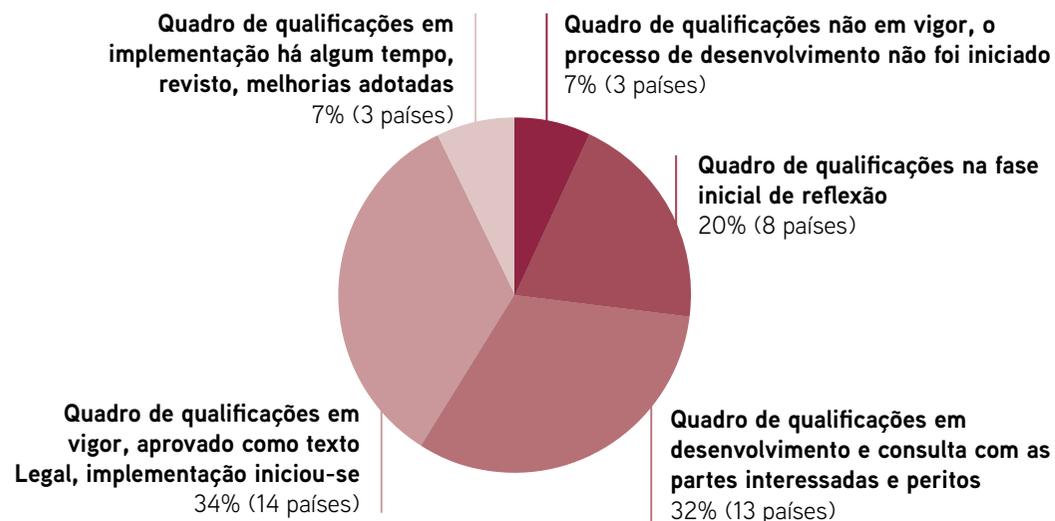


Sensibilização e desenvolvimento de capacidade das partes interessadas africanas

A divulgação de informação sobre o desenvolvimento do ACQF, bem como o desenvolvimento de capacidades, a aprendizagem por pares sobre quadros de qualificações em África e no resto do mundo estão incorporadas nas atividades do projeto. O Website do ACQF contribuirá para a divulgação e networking das partes interessadas do ACQF em todos os estados da UA.

Panorâmica dos Quadros Nacionais de Qualificações (QNQ) em África

Como previsto, os quadros de qualificações encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e implementação em todo o continente. A análise e debate revelaram dinâmicas QNQ de diferentes tipos e horizontes temporais. Para uma análise dinâmica, o estudo de mapeamento utiliza cinco etapas para categorizar diferentes situações de desenvolvimento e consolidação dos quadros de qualificações:



41 países abrangido pelo estudo de mapeamento do ACQF

- | | |
|-----------------|---------------------|
| Angola | Mali |
| Botswana | Maurícia |
| Burkina Faso | Morocos |
| Burundi | Moçambique |
| Camarões | Namíbia |
| Cabo Verde | Nigéria Rep. |
| Chade | Congo |
| Comores | Rwanda |
| Costa do Marfim | Seychelles |
| RDC | Sierra Leoa |
| Egito | Africa do Sul |
| Eswatini | Somália |
| Etiópia | São Tomé e Príncipe |
| Ghana | Senegal |
| Guiné (Conakri) | Tanzania |
| Guiné-Bissau | Togo |
| Gâmbia | Tunisia |
| Quênia | Uganda |
| Lesoto | Zâmbia |
| Madagáscar | Zimbábue |
| Malawi | |



Os nomes dos países e territórios utilizados nesta publicação conjunta seguem a prática da União Africana.

Estudo de mapeamento ACQF

O estudo de mapeamento foi concebido de acordo com onze áreas temáticas, que forneceram o quadro conceptual em que a análise ocorreu, de acordo com o principal documento de planeamento do projeto ACQF e os termos de referência do estudo. Os temas abrangem as principais áreas políticas e técnicas em que os quadros de qualificações se desenvolvem e são implementados, nomeadamente:



Coletânea dos relatórios e análises do estudo de mapeamento:

- 13 países
- 3 comunidades económicas regionais (REC)
- 1 relatório de mapeamento completo
- Comparação dos descritores de nível (LD)
- Comparação das qualificações
- Inventário de informações de QNQ

Principais conclusões do estudo de mapeamento



Fundação conceptual, política e jurídica

- A maioria dos quadros de qualificações em África estão operacionais em países da região da África Austral, onde o RQF DA SADC está bem estabelecido.
- Os recentes desenvolvimentos na África Oriental, nomeadamente no Quênia (desde 2014) são notáveis, com a criação da base jurídica, governação e registo de qualificações. Os recentes desenvolvimentos na África Oriental, nomeadamente no Quênia (desde 2014) são notáveis, com a criação da base jurídica, governação e registo de qualificações.
- No Norte, o Egipto, Marrocos e a Tunísia estabeleceram legalmente os seus QNQ há algum tempo e continuam a trabalhar em estruturas de implementação e registos de qualificações.
- A Etiópia desenhou as bases técnico-conceptuais do seu QNQ.
- Na África Ocidental encontramos um panorama mais diversificado de quadros de qualificações: alguns países, nomeadamente o Senegal e o Togo, estabeleceram sistemas de qualificação, como o sistema de Licence Master Doctorat (LMD) no ensino superior.
- Na África Central, os Camarões têm vindo a implementar o quadro LMD no ensino superior desde 2007, bem como um sistema de níveis e tipos de qualificações para a educação e formação profissional (EFP)



Governação

- Os QNQs mais avançados em África tendem a ser supervisionados por agências de qualificações (autoridades, unidades de coordenação), mas também, em grande medida, por agências de QA e comissões especializadas.
- Globalmente, há uma tendência para as instituições nacionais, em vez de agências sectoriais.
- Nos casos em que as agências sectoriais estão bem estabelecidas – na EFP, no ensino superior e no ensino geral – os ministérios nacionais proporcionam uma função mais de coordenação e supervisão.
- Os ministérios desempenham sempre um papel fundamental na governação do QNQ e muitas vezes atuam como incubadoras para as agências nacionais e/ou sectores que se seguem mais tarde.
- O risco de uma multiplicidade de departamentos e agências com mandatos sobrepostos é muito real, mais ainda em países com recursos escassos.



Visão, âmbito e estrutura

- Em termos de âmbito, os quadros de qualificações africanos analisados podem ser agrupados em várias situações:
 - Quadros sectoriais que operam de forma independente, isto é, na EFP e no ensino superior, sem um quadro unificador integrado.
 - Quadros de qualificações sectoriais, mas operando com ligações entre si e em sintonia com o QNQ integrado.
 - Quadros nacionais de qualificações abrangentes e inclusivos, sem quadros subsector.
- A estrutura de nível dos QNQs analisados é diversificada.
- A integração regional desempenha um papel importante na definição da estrutura do QNQ em certas partes do continente.
- Os QNQs nos casos analisados estão associados a uma série de objetivos, agrupados desta forma:
 - Coerência e permeabilidade entre os resultados de aprendizagem e as qualificações dos vários sub-sistemas.
 - Qualidade, transparência, maior visibilidade e confiança dos utilizadores finais: introduzindo abordagens de resultados de aprendizagem, participação das partes interessadas no desenvolvimento e aprovação de

qualificações e informação acessível dos utilizadores através de instrumentos digitais e online.

- Paridade de estima e valor da aprendizagem em diferentes contextos e sub-sistemas: académico, profissional, formal, não formal.
- Inclusão: as qualificações podem ser obtidas através da validação da aprendizagem não formal, do reconhecimento da experiência do trabalho e da vida.
- Comparabilidade regional e global e reconhecimento de diplomas e certificados.
- Objetivos sociais e económicos mais vastos, nomeadamente: aumentar o stock de mão de obra qualificada; empregabilidade reforçada dos titulares de qualificações; reforçar a competitividade e a produtividade dos sectores económicos; alinhar o sistema de qualificações com as necessidades da procura e transformações das competências.



Garantia de Qualidade (GQ)

- Verificou-se que os sistemas QG estavam fortemente associados aos sub-sistemas ligados aos QNQs analisados.
- Na maioria dos casos, o sector do ensino superior tende a ter mecanismos de GQ mais bem estruturados do que a EFP e o ensino geral, tendo aderido a políticas e práticas de avaliação e acreditação internas e externas, lideradas por agências (e departamentos) da GQ com um grau variado de autonomia e capacidade.
- Os níveis nacionais e regionais interagem através das atividades dos conselhos regionais de ensino superior, desempenhando um papel importante na divulgação das boas práticas e orientações da GQ, e fornecendo apoio metodológico aos Estados-Membros. Exemplos incluem:
 - Quadro abrangente: Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAF)
 - Normas e Orientações Africanas para a Garantia da Qualidade (ASG-QA) desenvolvidas pela iniciativa de Harmonização da Garantia da Qualidade do Ensino Superior Africano e Acreditação (HAQAA) e aprovada em 2019.
 - O sistema LMD está associado ao quadro de GQ supervisionado pelo Conseil Africain et Malgache pour L'enseignement Supérieur (CAMES).



Resultados da aprendizagem

- As qualificações baseadas nos resultados da aprendizagem permitem o reconhecimento da aprendizagem de contextos não formais e informais, como no emprego informal e na migração laboral, contribuindo para a inclusão social e para a aprendizagem ao longo da vida.
- A utilização dos resultados da aprendizagem tornou-se generalizada a nível internacional, e os países africanos também fizeram parte desta mudança, nomeadamente na forma como os resultados da aprendizagem são definidos, descritos e utilizados em diferentes contextos; nos descritores de nível, nas normas subjacentes às qualificações, nas normas de formação, nos currículos e nas normas de avaliação.
- A forte presença de sistemas EFP com modelos baseados em competências em muitos países africanos é importante reconhecer, bem como a mudança que estes sistemas terão de fazer para utilizar plenamente os resultados da aprendizagem no novo paradigma.
- O esclarecimento sobre a aplicação dos resultados da aprendizagem nos currículos e nos programas de aprendizagem, para além das qualificações, também parece ser uma questão persistente.
- A gama de descritores de nível capturados pelo inquérito mostra alguma diversidade, mas nos QNQ abrangentes, e em alguns quadros sectoriais específicos (EFP e ensino superior) há uma clara predominância dos domínios: conhecimentos, aptidões, autonomia e responsabilidade.



Sistemas de crédito

- Os sistemas de crédito também são amplamente utilizados, embora existam algumas diferenças entre países e sectores.
- Em vários países, os níveis do QNQ estão associados ao valor de crédito definido das qualificações.
- Noutros países, a comparação das qualificações no contexto do QNQ combina tanto a complexidade de nível (com base nos descritores de nível) como o volume de aprendizagem (com base no sistema de crédito).
- O sistema de LMD no ensino superior, adotado por um grande número de países da África Ocidental e Central, está associado a um modelo normalizado de 25 a 30 créditos (carga de trabalho dos estudantes) por semestre.



Alinhamento e referência

- O alinhamento não é uma prioridade para a maioria dos países, com exceção dos membros dos Quadros Regionais (RQF) operacionais, como o RQF da SADC e o Eaqqhe, que estão mais avançados na implementação.
- Os QNQs de alguns Estados-membros da SADC dizem ter sido referenciados à SADCQF (a África do Sul e as Seychelles completaram o alinhamento e as Ilhas Maurícias estão em curso). Em 2016, a região através da SADC TCCA adotou o alinhamento (em vez de referência) como uma metodologia viável de ligação e comparação dos descritores de nível dos QNQ aos do RQF da SADC, devido aos constrangimentos de recursos (técnicos, financeiros e institucionais) para a implementação do RQF SADC (SADC TCCA, 2017).
- O Comunidade da África Oriental tomou uma abordagem passo a passo, desenvolvendo primeiro um quadro para as qualificações do ensino superior. A constatação de que um quadro de ensino superior precisava de ser associado a outras qualificações levou a IUCEA a desenvolver um quadro completo de qualificações de oito níveis.
- Um país informou que o seu foi alinhado com o quadro regional de qualificações (EAQFHE).



Bases de dados/registos de qualificações pesquisáveis

- Nem todos os países associam qualificações com as áreas de educação padrão internacional (ISCED) 2013 (UNESCO, 2013) ou com as classificações profissionais nacionais.
- Bases de dados de qualificações garantidas de qualidade ligadas ao QNQ, acessíveis e pesquisáveis online, nomeadamente através do site da instituição QNQ. Exemplos disso incluem:
 - A Base de Dados Nacional de Registos de Aprendizagem da [South African Qualifications Authority \(SAQA\)](#)
 - Desenvolvimento do [Kenyan National Qualifications Management Information System \(Naqmis\)](#)
 - [Catálogos Nacionais de Qualificações Emergentes de Moçambique e Cabo Verde.](#)



Custos e financiamento

- Muitos projetos multilaterais têm sido implementados em África nas últimas décadas, mas tem faltado coordenação e muitas vezes conduziram a uma duplicação de esforços.
- Mais preocupante é a capacidade limitada de os países continuarem com estes programas após o esgotamento do financiamento externo.
- Os novos modelos inovadores de financiamento público-privado (De Witt et al., 2020), baseados na obtenção de resultados-chave, são importantes para explorar e não foram utilizados no contexto das qualificações.



Análise, divulgação, comunicação aos utilizadores finais

- Os governos e os parceiros socioeconómicos concordam com a necessidade de melhorar e utilizar melhor a informação sobre as dinâmicas da procura e a da oferta, incluindo a empregabilidade.
- As mega tendências, como a digitalização e a transformação ecológica, continuam a ter impacto na reorientação das qualificações
- O estudo de mapeamento identificou uma série de observatórios do mercado de trabalho que trabalham com diferentes capacidades técnicas e analíticas em países como Angola, Marrocos, Moçambique e Tunísia.
- Os websites da QNQ contribuem para informar o público em geral, mas é necessária mais e melhor divulgação para diferentes utilizadores.



Papel e lugar dos RQFs no apoio ao desenvolvimento a nível nacional

- Entre os RQFs, a SADCQF foi considerado o mais avançada em termos da sua base jurídica, técnica e institucional, tendo o sido aprovado desde 2011, e reativado em 2017.
- Na CEDEAO, os ministros da Educação aprovaram em outubro de 2013 as orientações e o roteiro para a implementação de QNQs e RQFs na região.
- No CEE, o Quadro de Qualificações da África Oriental para o Ensino Superior (EAQFHE) foi adotado pelos ministros em abril de 2015, trabalhando em complementaridade com os sistemas regionais de garantia da qualidade.

Principais considerações para harmonização de qualificações em África



- #1 Os sistemas de qualificações desenvolvidos em África devem ser aptos para o propósito
- #2 Os países são encorajados a documentar e divulgar informações relacionadas com os processos do QNQ
- #3 A forma deve seguir a função para que os QNQs sejam eficazes
- #4 Há uma forte convergência para os resultados da aprendizagem, paridade de estima e articulação
- #5 A tendência global para o aumento da automatização proporciona uma oportunidade para a inovação ser introduzida através do ACQF
- #6 O ACQF pode funcionar como um catalisador para a CESA
- #7 Há um afluxo de ajuda ao desenvolvimento em apoio ao desenvolvimento do quadro de qualificações a vários níveis
- #8 Começar com o utilizador final ao comunicar
- #9 O alinhamento e a referência podem contribuir para uma melhor harmonização
- #10 Capitalizar nas iniciativas continentais e regionais existentes
- #11 As relações entre QNQs, RQFs e o ACQF proposto são considerações críticas
- #12 Dependendo do modelo de ACQF que é preferido em África, as políticas de apoio podem ter de ser ajustadas e/ou desenvolvidas
- #13 O apoio técnico necessário para o desenvolvimento dos quadros de qualificações, a nível nacional, regional e continental, é uma área que exige uma séria consideração para que qualquer um dos modelos acima descritos seja bem sucedido.
- #14 Apoio diferenciado aos países
- #15 Para que o ACQF se torne um quadro de nova geração, a sustentabilidade será parte integrante do seu design, tanto quanto a sua orientação de inclusão digital, verde e social

Angola – App “Qualificar”:

informação sobre todos os cursos de todos os níveis de qualificação num só clique!

<https://qualificar.gov.ao/>

O ACQF será:

INCLUSIVE
qualificações de todos os níveis e subsistemas de educação e formação



RECETIVO A INOVAÇÃO
das novas tendências e tecnologias



ABERTO
Para a contribuição das partes interessadas; boas práticas da África e do mundo



ACQF é vital para os processos que contribuem para a criação de um espaço de educação africana:

- Avançar com a implementação da CESA 2016-2025
- Harmonizar o ensino superior em África e implementar o Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAF)
- Implementar a Estratégia AU EFP para fomentar o emprego dos jovens

This project is co-funded by the European Union and the Federal Ministry for Economic Cooperation and Development



Supported by
giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Os nomes dos países e territórios utilizados nesta publicação conjunta seguem a prática da União Africana.